

A água está ameaçada no Park Way

Pesquisadores alertam que nascentes da bacia do Paranoá podem secar em dez anos, devido ao parcelamento da terra

Rovênia Amorim
Da equipe do **Correio**

As áreas verdes do Park Way são importantes espaços para a infiltração da água da chuva e o reabastecimento dos lençóis freáticos da região. O que isso significa? Motivo de alerta. O Park Way está situado em área de proteção ambiental da bacia do Paranoá, rica em nascentes e pequenos córregos. Estudos do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília (UnB) apontam que, se não forem criadas zonas de proteção para os mananciais subterrâneos, essas minas d'água podem sumir do mapa hídrico do Distrito Federal em, no máximo, dez anos.

Por isso, o adensamento populacional do Park Way, como quer o Governo do Distrito Federal, preocupa. O professor José Elói Campos, do curso de Hidrogeologia da UnB, tem uma explicação simples para essa tragédia ambiental: a impermeabilização do solo. A urbanização de 200 novos lotes no local, de 20 mil m² cada um, vai dificultar a absorção das águas das chuvas e acelerar a diminuição da vazão dos córregos da região, como o Gama, que abastece boa parte da população do Park Way.

"A precipitação no DF é generosa, varia de 1.400 a 1.500 mililitros ao ano. O problema é a má distribuição das chuvas", diz Elói. Segundo ele, de dezembro a março

chove quase a metade de todo o volume anual. "Nossos córregos só são perenes porque as águas subterrâneas os alimentam."

Desde que o projeto de lei propondo o parcelamento foi enviado à Câmara Legislativa, no final do ano passado, moradores do Park Way se mobilizam para tentar convencer o governo a desistir da medida. No documento *A Questão do Park Way é Questão de Brasília*, distribuído aos 24 deputados distritais, eles denunciam que o impacto ambiental na região já é visível.

Segundo os moradores, a vazão dos córregos Mato Seco, Cedro e Vicente Pires vem diminuindo sensivelmente. E vários afloramentos, como a lagoa formada junto à quadra 16 pelo Córrego do Seco, já não existem mais.

MORAR NO SERTÃO

Impacto ambiental como o que é sentido no Park Way ocorre em outros pontos do DF. As fon-

tes da Bica da Metro, perto da Vila Metropolitana, no Núcleo Bandeirante, por exemplo, secaram por causa da criação do Riacho Fundo.

"Se a ocupação no Distrito Federal continuar de ponta a ponta e de forma tão rápida, não tenho a menor dúvida de que vamos morar no sertão", acredita José Elói. Ele explica que os mananciais subterrâneos são importantes também para o abastecimento. Cerca de 15% da água encanada no Distrito Federal vêm de pequenas captações, como dos córregos Contagem e Paranoazinho, em Sobradinho.

"Se os mananciais não forem protegidos, as vazões nos córregos vão diminuir. Cada vez teremos menos água e o racionamento será realidade para muito mais gente." Aproximadamente 65% da água que chega à casa da população do DF vêm da barragem do Rio Descoberto, na divisa de Brazlândia com Águas Lindas

(GO), e os outros 20%, da barragem de Santa Maria, dentro do Parque Nacional de Brasília (-Água Mineral).

BIOSFERA CERRADO

Não é somente a água que preocupa. O parcelamento pode esbarrar na natureza tosca do cerrado. A tese de doutorado da aluna Mônica Veríssimo, do Instituto de Geociências da UnB, sobre o zoneamento ambiental do Distrito Federal, destaca que o Park Way está, na sua maior parte, situado na unidade de conservação da biosfera do cerrado.

O bairro residencial, com baixa densidade populacional, funcionaria, segundo a estudante, como tampão para importantes áreas de cerrado — Jardim Botânico e Reserva do IBGE, por exemplo. E um adensamento teria de ser muito bem planejado. "O Park Way está numa localização singular, dentro de área de proteção ambiental criada pelo

próprio governador Joaquim Roriz (Decreto 742, de 28 de julho de 1994) e reconhecido pela Unesco (Fundo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)", explica Mônica.

"Criar um parcelamento ali é muito diferente do que adensar Ceilândia ou Samambaia. Se isso for feito, o Distrito Federal corre o risco de degradar importante área ambiental e de perder a unidade de conservação." No Brasil, há apenas duas unidades de conservação reconhecidas pela Unesco: a biosfera do cerrado e a Mata Atlântica.

É preciso ter o zoneamento ambiental da área, e isso ainda não foi feito. O diretor do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (Iema), Fernando Fonseca, entende que o EIA-Rima é suficiente para medir os impactos ambientais na unidade de conservação. "Todo esse debate vai ser travado em audiência pública, depois que o estudo ficar pronto."